



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO-ARP Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	014/2026
INTERESSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÇU-TO
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO	Dia 19 de Março de 2026 as 09:00hs
OBJETO	O presente pregão tem por objeto, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE SISTEMA DE CARTÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB PRÓPRIO DA EMPRESA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS ADJUNTAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES , conforme quantidades e especificações contidas no Termo de referência, Anexo I deste edital.
TIPO DE LICITAÇÃO e FORMA DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO/ TAXA ADMINISTRATIVA
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	PORTAL BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS www.bnc.org.br
PREGOEIRO	GENESON DE ASSIS OLIVEIRA – DECRETO Nº 015/2025.
AMPARO LEGAL	Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 Decreto nº 023/2023 e demais legislações pertinentes.
ACESSO AO EDITAL	O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacoes ou www.bnc.org.br , a partir da data de sua publicação; Informações adicionais podem ser obtidas junto, ao setor de licitação, Fone: (63) 3384-2056. E-mail: cpl.araguacu@gmail.com
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?	NÃO
MODO DE DISPUTA	ABERTO



PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO, inscrito no CNPJ nº 02.391.407/0001-12, com sede na Praça Raul de Jesus Lima, nº 08, Centro, Araguaçu-TO, CEP 77.475-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Jarbas Ribeiro Ivo, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio designadas pelo Decreto 008/2023, TORNA PÚBLICO, aos interessados que, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação para registros de preços, na modalidade de PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO/ TAXA ADMINISTRATIVA, a fim de selecionar a melhor proposta, obedecendo às condições estatuídas neste Edital.

Início do Recebimento das Propostas:	Dia 05 de março de 2026 as 07:00hs
Abertura e Julgamento das Propostas:	Dia 19 de março de 2026 as 08:00hs
Início da Sessão de Disputa de Preços:	Dia 19 de março as 09:00hs
Referência de Tempo:	HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).
Local:	PORTAL BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC www.bnc.org.br/
Modo de Disputa:	ABERTO.

1 DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE SISTEMA DE CARTÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB PRÓPRIO DA EMPRESA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS ADJUNTAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de referência, Anexo I deste edital, que é parte integrante deste Edital.

1.2. A licitação contém apenas 01 item, sendo que o critério de julgamento adotado será o de menor preço/ taxa administrativa, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site www.bnc.org.br, prevalecerão as do edital.

2. DO VALOR ESTIMADO E DA TAXA ADMINISTRATIVA

2.1. O valor estimado do consumo de combustíveis e lubrificantes para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 2.043.478,40 (dois milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), conforme levantamento constante no processo administrativo nº 014/2026.

2.2. A estimativa foi elaborada com base em pesquisa realizada em banco de preços públicos, considerando contratações similares realizadas por entes da Administração Pública, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O valor acima possui caráter meramente estimativo, destinando-se exclusivamente ao planejamento orçamentário da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte



do Município, sendo os pagamentos condicionados ao consumo efetivamente realizado durante a vigência contratual.

2.4. A taxa administrativa máxima admitida para a presente contratação é de 3,68% (três vírgula sessenta e oito por cento), incidente sobre o valor efetivamente consumido em combustíveis e lubrificantes, na forma detalhada abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇO	TAXA MÁXIMA PERMITIDA	PERCENTUAL
01	Contratação de empresa operadora de sistema de cartões para prestação de serviço de administração, combustíveis e lubrificantes, através da utilização de sistema via WEB próprio da empresa, para atender o Município de Araguaçu Secretaria de Administração e Secretarias adjuntas com prestação de serviço para um período de 12 (doze) meses.		3,68%

2.5. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor taxa administrativa, observada a taxa máxima estabelecida neste edital.

2.6. Será admitida a apresentação de taxa administrativa negativa, desde que demonstrada a exequibilidade da proposta, podendo a Administração exigir comprovação da viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esclarecimentos Iniciais:

3.1.2. Nesta licitação, será firmada **Ata de Registro de Preços**, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período **de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período, tornando-os disponíveis, caso a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO**, necessite efetuar as aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

3.1.3. Órgão gerenciador - órgão ou entidade da Administração pública, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

3.1.4. Órgão participante - órgão ou entidade da Administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

3.1.5. Órgão não participante - órgão ou entidade da Administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

3.1.6. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total para o item.

3.1.7. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

3.1.8. Não poderão participar, direta ou indiretamente, licitante que mantenham sociedade ou participação com servidor (res) ou dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

3.1.9. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste



instrumento convocatório.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 10.03.00 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 10.03.01 – GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 4

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

UNIDADE: 10.25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 20.605.0052.2.089 – Manutenção da Secretária Municipal Da Agricultura E Pecuária

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 12

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.31.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

UNIDADE: 10.31.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.045 – Manutenção da Secretária Municipal da Cidade

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 134

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

UNIDADE: 10.36.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055 – Manutenção Da Esportes, Turismo E Juventude

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 223

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.38.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE: 10.38.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.451.0052.2.58 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Infraestrutura

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 236

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.010 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Administração

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo



FICHA: 71

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Do Conselho Tutelar

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 90

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 03/2018.

5.2 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados.

5.3 O cadastro deverá ser feito na Bolsa Nacional de Compras, no sítio www.bnc.org.br, por meio de cadastro feito através de Adesão do sistema Conforme Anexo I.

5.4 O credenciamento junto a provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal ea presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS: www.bnc.org.br.

5.6 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

5.7 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.8 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.9 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

5.10 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.11 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



5.12 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.13 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.14 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

Os licitantes deverão estar devidamente cadastrados no sistema BNC - www.bnc.org.br

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.2.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.2.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.2.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.2.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.2.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.2.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.2.7 pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

6.2.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

MOTIVO DA VEDAÇÃO: Consórcios são coligações despersonalizadas de empresas constituídas, pela via contratual, com vistas a executar determinado empreendimento em conjunto, conforme a disciplina jurídica dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76. O instituto calca-se na autonomia recíproca dos que se associam para a persecução de um objetivo empresarial comum que, muito provavelmente, não seria alcançado somente com a capacidade individual de cada consorciado, seja por razões de ordem técnica, seja por motivos econômico-financeiros.

O art. 15 da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, tem como regra geral a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema, no entanto, a Administração



Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

Algumas demandas, públicas ou privadas, por sua dilatada magnitude ou elevada complexidade, só logram ser satisfeitas através dessa ferramenta societária. Contudo, como pretendemos expor adiante, a depender das circunstâncias e de suas implicações, recomenda-se tal permissão para objeto complexo, vultoso, que exija alta complexidade técnica ou econômico-financeiro. ora pode tornar-se impositiva, ora pode ser completamente suprimida.

A discricionariedade administrativa, como se sabe, consiste na “*margem de escolha deixada pela lei ao juízo do administrador público para que, na busca da realização dos objetivos legais, opte, entre as opções juridicamente legítimas, pela medida que, naquela realidade concreta, entender mais conveniente*” (ARAGÃO, 2013, p. 161).”

O renomado Jurista Marçal Justen Filho alerta que a discricionariedade em voga:

“...evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. Como toda decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se o controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.”

O serviço a que se pretende neste certame não é necessário ser realizado em diversas etapas diferentes e executados por diversas empresas, o que encarecerá o contrato, sendo totalmente desnecessário e desarrazoado.

Portanto, não se trata de serviços de diversas variações, complexo, vultoso e, que, poderá ser desenvolvido por uma única empresa, inexistindo a existência de variáveis ramos distintos inclusive, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores impõem a admissão de consórcios em grandes ou heteróclitas licitações – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz, o que não ocorre no presente caso.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes.

Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa. (TCU, Acórdão 2.831, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes e Acórdão 1636/2007 - Plenário).

Portanto, trata-se o objeto de pequena monta, sendo que, o próprio objeto do certame, por si só justifica a vedação, não se tratando de objeto de alta complexidade ou vulto. Em outras palavras, a autorização para a participação de empresa em consórcio, afigura-se como regra quando a licitação apresentar vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes, o que não ocorre no presente caso.



Diante do exposto e considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto;

Considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital.

E, considerando ainda, que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão dos serviços, **entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela.**

E, considerando ainda, que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão dos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela.

6.2.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.2.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3 O impedimento de que trata o item **6.2.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **6.2.2** e **6.2.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6 O disposto nos itens **6.2.2** e **6.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.7 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.8 A vedação de que trata o item **6.2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.9 Empresas cujos proprietários e ou/ sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos art. 29, inciso IX c/c e art. 54, I, “a” e II, “a”, da Constituição Federal.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, **o qual terá o tempo máximo de 02 (duas) horas para anexar no sistema (art. 63, II da Lei 14.133/2021).**

7.1.1 O licitante, caso opte, poderá anexar toda a documentação de habilitação antes da sessão pública, diretamente na plataforma **do Pregão Eletrônico (<https://bnccompras.com>)**, e neste caso, **o pregoeiro ou agente de contratação**, verificando a juntada dos documentos, poderá dispensar o prazo previsto no **item 7.1**, ficando neste caso vedada a inclusão posterior de documento, caso opte por anexá-los antes da sessão pública, em atenção ao **art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.**



7.1.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item **11.1** deste Edital.

7.2. O Pregoeiro (a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

7.3. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

7.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

7.5 A licitante deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES abaixo relacionadas, além das demais descritas no item 23.12.1 a 23.12.15:

7.5.1 Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. **42 a 49**, observados os dispostos nos **§§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021;**

7.5.2 Declaração de elaboração independente de proposta.

7.5.3 Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

7.5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e



obedecerá às seguintes regras:

7.12.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.12.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.13.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.13.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.17 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.18 Os licitantes não poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.19 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.20 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.21 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.22 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitario do item;

8.1.2 Marca e Modelo, se for o caso;

8.1.3 Fabricante, se for o caso;

8.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência; (Anexo I)**

8.1.5 O licitante deverá apresentar quando de sua proposta, demonstrativo dos benefícios.



- 8.1.6** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.2** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.3** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.8** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.9** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **8.8**.
- 8.10** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, no sítio www.bnc.org.br.
- 9.2** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas na Planilha Orçamentaria.
- 9.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante. Isso significa que o licitante desatento que colocar a identificação de sua empresa na proposta cadastrada de preenchimento de campos no sistema eletrônico **será sim desclassificado de pronto**. Entretanto, **no anexo da proposta, se o licitante se identificar, não deve ser desclassificado**, pois apesar de ter enviado o anexo antes da sessão, esse anexo ficou sigiloso e só veio à tona após a etapa finalizada de competição.
- 9.2.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.2.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



9.2.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PERCENTUAL DE TAXA ADMINISTRATIVA**.

9.5.2 Será admitida a apresentação de taxa administrativa negativa (menor que zero), a qual será interpretada como desconto incidente sobre o valor total dos combustíveis e lubrificantes efetivamente consumidos no período de faturamento.

9.5.3 O percentual negativo ofertado refletirá exclusivamente no valor final da Nota Fiscal/Fatura emitida pela contratada, representando abatimento sobre o montante apurado com base nos abastecimentos realizados, não implicando, em hipótese alguma, alteração direta nos preços praticados pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada.

9.5.4 Na hipótese de apresentação de taxa negativa ou significativamente inferior à média de mercado, a Administração poderá proceder à análise de exequibilidade da proposta, podendo exigir demonstração da viabilidade econômica da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.5.5 A não comprovação da exequibilidade poderá ensejar a desclassificação da proposta, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8 O intervalo mínimo de diferença entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **0,01% (zero vírgula zero um por cento)** sobre a taxa administrativa ofertada.

9.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte **(20) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 10 (dez) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **02 (dois) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



9.13.1 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17 No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo **Pregoeiro** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

9.21 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)** na forma do que dispõe o §1º do art. 44 da Lei Federal nº 123/2006, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.23 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

9.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente



de trabalho, conforme regulamento;

9.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

9.23.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.23.5.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.23.5.2 empresas brasileiras;

9.23.5.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.23.5.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.25 O **Pregoeiro** solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.25.1 É facultado ao **Pregoeiro** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.26 Após a negociação do preço, o **Pregoeiro** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.27 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.28 Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.29 O **Pregoeiro** poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.29.1 Também nas hipóteses em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.30 Nos itens não exclusivos para a participação de empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, antes de o **Pregoeiro** passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.31 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o **Pregoeiro** verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente



classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **6.2** o edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

10.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 **Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.**

10.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

10.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.7 **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

10.7.1 contiver vícios insanáveis;

10.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.7.6 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, na forma do que dispõe o §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

10.7.7 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.7.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.8.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



10.8.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, nos termos do art. 59, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta **for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.17 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.18 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.19 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo **de 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

10.20 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e



justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Pregoeiro**.

10.21 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11– DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas..

11.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticadas pelo cartório, poderá ser autenticada por servidor do Setor de Licitações deste município, como também podem ser autenticadas de forma eletrônica, desde que seja possível verificar sua autenticidade.

11.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.7 Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.6 **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

11.7 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

11.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



11.9 A verificação pelo **Pregoeiro**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.10 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do **Pregoeiro**.

11.11 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.12 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.12.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.12.4 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.12.5 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.12.6 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12.7 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.12.8 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.12.9 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.13 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.13.1 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

11.13.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



11.13.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.13.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.14 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.15 Habilitação jurídica:

11.15.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.15.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portalempendedor.gov.br.

11.15.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.15.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.15.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.15.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.15.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.15.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.16 Regularidade fiscal e trabalhista:

11.16.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.16.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.16.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.16.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.16.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



11.16.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.17 Qualificação Econômico-Financeira:

1.17.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, na forma exigida no inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 ou Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis, Criminais e Justiça Militar conforme Resolução nº 20 de 02 de outubro de 2014 do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), para empresas sediadas no Estado do Tocantins, expedida pelo endereço www.tjto.jus.com.br e nos casos que couber na medida da lei, ambas as certidões com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação;

b) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste **instrumento**.

11.17.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.17.2.1 – No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

11.17.2.2 - Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

11.17.2.3 - As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

11.17.2.4 – O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

11.17.2.5 – As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

11.17.2.6 - Os documentos referidos item **11.17.1** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.17.2.7 A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência (S) maior ou igual a um (\geq a 1.)

11.18- Qualificação Técnica

11.18.1 No mínimo 1(um) atestado (s) emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante prestou ou esteja prestando serviços com características pertinentes



e compatíveis com objeto licitado.

11.18.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em folha timbrada e conter o CNPJ, nome, cargo, assinatura do responsável pela informação e carimbo da empresa. No atestado deve constar também se foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade do mesmo, sem fatos que desabonem sua conduta, além de estar assinado e datado.

11.19 Em havendo necessidade de realização de diligência, o licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade dos atestados apresentados, tais como: cópias de nota fiscal e/ou nota de empenho e/ou do termo de contrato que deram suporte à contratação.

a) Não é obrigatório para fins de habilitação técnico-profissional, a exigência de que o responsável técnico pelo serviço pertença ao quadro permanente de funcionários da licitante, bastando a declaração escrita e assinada pelo profissional de que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato, no caso de a empresa ser vencedora do certame;

11.20 - As fotocópias deverão vir autenticadas pelo cartório, poderá ser autenticada por servidor do Setor de Licitações deste município, como também podem ser autenticadas de forma eletrônica, desde que seja possível verificar sua autenticidade, antes do início do certame.

a)- A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item **7.19** que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item **11.16** deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

b) O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

c)- Ocorrendo a situação prevista, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

d)- Os benefícios de que tratam o edital não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

e) A não regularização da documentação, nos prazos fixados, implicará na inabilitação do licitante.

11.20 Além da documentação acima, na fase de habilitação, o licitante deverá apresentar as seguintes declarações abaixo relacionadas:

11.20.1 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.20.2 inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

11.20.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.20.4 declaração que não emprega menor de idade.

11.20.5 declaração de idoneidade;

11.20.6 declaração de que não integra, no quadro funcional empregado público.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do **Pregoeiro** no sistema eletrônico e deverá:

12.2 ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas



ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.3 Adotar como o modelo de proposta o **anexo II** do presente edital.

12.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário e o valor global em algarismos e por extenso.

12.5.1 Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na plataforma do sistema comprasnet, após a homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao **Pregoeiro** verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.2 Nesse momento o **Pregoeiro** não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.3 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo **de 03 (três) dias úteis**, contados da lavratura da ata, para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico.

13.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 Caberá pedido de **reconsideração**, antes da propositura do recurso, na forma que dispõe o inciso II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.9 O pedido de reconsideração, ou a interposição de recurso da decisão que julgar as propostas ou que resolver sobre a habilitação dos licitantes terão efeito suspensivo na forma do que dispõe o art. 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, para tanto, a solicitação deverá ser encaminhada por e-mail à cpl.araguacu@gmail.com.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema **BNC** sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior** para **adjudicar** o objeto à empresa vencedora e **homologar** a licitação, conforme dispõe o inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.1 A celebração de Termo de Contrato ou instrumento equivalente a que se refere o item anterior deverá ocorrer por intermédio de assinatura digital, considerando a agilidade do processo, e prazos a serem cumpridos.



16.2 O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.4 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.4.1 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.4.2 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.5 Caso o contratante opte na formalização do contrato, esse terá o prazo de vigência **de 12 meses**, prorrogáveis, por igual período, até 120 (meses), contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 106 e art 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.6 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.7 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16.9. Celebração frustrada - Se o licitante vencedor convocado, dentro da validade de sua proposta, não comparecer para assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste edital será facultada à administração pública, na forma do que dispõe o §2º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou documento equivalente nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5 **Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano**



de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A execução do objeto terá início a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, observando-se os prazos de implantação previstos no Termo de Referência.

18.2 A contratada deverá assegurar, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a disponibilização do sistema em funcionamento no Município de Araguaçu/TO, com, no mínimo, 01 (um) posto credenciado apto ao atendimento da frota municipal, como condição para início da execução contratual.

8.3 A implantação completa do sistema de gerenciamento de abastecimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme disposto no Termo de Referência.

18.4 A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe verificar o funcionamento do sistema, a regularidade da rede credenciada, a conformidade dos relatórios emitidos e o cumprimento das obrigações contratuais.

18.5 Constatadas irregularidades na implantação ou na execução do serviço, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional à Administração.

18.6 O descumprimento injustificado dos prazos de implantação ou das condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

18.7 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

18.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

18.7.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

18.7.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

18.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

18.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

18.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

18.7.7 O fiscal do contrato nomeado pela Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO será: **DENILSON PEREIRA DA SILVA** nomeado sob o Decreto nº 020/2025.



18.8 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

18.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

18.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

18.9 GESTOR DO CONTRATO

18.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

18.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

18.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

18.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

18.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

18.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

18.9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18.9.8 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18.9.9. O contratado deverá manter um representante legal, previamente aceito pela Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO, para representá-lo e dirimir assuntos relacionados à execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

18.9.10. A indicação ou a manutenção do representante legal da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o



exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

18.9.11. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

18.9.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente a **Prefeitura Municipal de Araguaçu -TO** a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

18.9.13. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

18.9.14. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO** a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

18.9.15. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)

18.9.16. Gestor do contrato nomeado pelo município: DENILSON PEREIRA DA SILVA – ADM), designado através do decreto nº 020/2025.

19 - DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO

19.7 19.1 A avaliação da execução do objeto será realizada mediante verificação do cumprimento das obrigações contratuais previstas no Termo de Referência, especialmente quanto ao funcionamento do sistema, regularidade da rede credenciada e conformidade dos relatórios apresentados.

19.8 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.8.2 não produzir os resultados acordados,

19.8.3 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

19.8.4 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

DO RECEBIMENTO

19.9 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 25 do Decreto nº 11.246, de 2022).

19.9.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

19.9.3 O **fiscal técnico** do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

19.9.4 O **fiscal administrativo** do contrato realizará o **recebimento provisório** do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

19.9.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

19.9.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico



do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.9.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

19.9.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.9.9 A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no **Recebimento Provisório**. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

19.9.10 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.11 **O objeto será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

19.11.2 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

19.11.3 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.11.4 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.11.5 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.11.6 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

19.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

19.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

DA LIQUIDAÇÃO



19.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para liquidação da despesa será de **10 (dez) dias**, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

19.15.2 O prazo de que trata o item anterior **poderá ser reduzido à metade**, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

19.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.12 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

19.13 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

19.14 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

19.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

19.19 O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias** contados da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente **“atestada”** pelo Fiscal do Contrato.

FORMA DE PAGAMENTO

19.21 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.21.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá discriminar o valor total correspondente aos abastecimentos efetivamente realizados no período, acrescido da taxa administrativa contratada, quando aplicável,



acompanhada dos relatórios detalhados extraídos do sistema informatizado.

19.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações do contratante e das contratadas são as estabelecidas **na minuta do contrato**.

20.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme também informado no contrato.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO** ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 4.133/2021).

d) Multa:

- I. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);
- II. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **21.1** de 8% a 10% do valor do Contrato ou documento equivalente;
- III. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **21.1**, de 10% a 15% do valor do Contrato.

21.3 Para infração descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem **21.1**, a multa será de 5% a 8% do



valor do Contrato.

21.4 A aplicação das sanções previstas no contrato ou outro instrumento equivalente não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.5 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.14 Os débitos do contratado para com a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO** contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

21.15 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)**



dias úteis eis, contado da data de sua intimação.

21.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

21.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelos seguintes meios: por petição dirigida ou protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO localizada na Praça Raul de Jesus Lima, nº 08, Centro, CEP: 77475-000, ou pelo e-mail: cpl.araguacu@gmail.com ou através da plataforma Portal BNC- Bolsa Nacional de Compras www.bnc.org.br.**

22.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

22.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO**.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do **Pregão** divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

23.3 Todas as referências de horário no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO**, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e



a Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Araguaçu -TO.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O edital está disponibilizado na íntegra no site da Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO <https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacao> no Portal - Bolsa Nacional de Compras- BNC www.bnc.org.br.

23.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

23.12.2 ANEXO II – MODELO PROPOSTA;

23.12.3 ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO ME, EPP;

23.12.4 ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

23.12.5 ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL;

23.12.6 ANEXO VI – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO;

23.12.7 ANEXO VII – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

23.12.8 ANEXO VIII – DECLARAÇÃO INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;

23.12.9 ANEXO IX – DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;

23.12.10 ANEXO X – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;

23.12.11 ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE INDONEIDADE;

23.12.12 ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA NOSSO CORPO SOCIAL, NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

23.12.13 ANEXO XIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

23.12.14 ANEXO XIV – MINUTA CONTRATO.

Araguaçu-TO, 02 de março de 2026

JARBAS RIBEIRO IVO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo 014/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto e enquadramento da Contratação

1.1.1 O objeto do presente Termo de Referência consiste na **contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e controle de abastecimento de combustíveis e lubrificantes, por meio de sistema informatizado via WEB, com utilização de cartões magnéticos ou eletrônicos, destinados ao atendimento da frota de veículos do Município de Araguaçu-TO, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e às Secretarias adjuntas, pelo período de 12 (doze) meses.**

1.1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usuais no mercado e passíveis de especificação por meio de critérios objetivos, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.1.3. A contratação não se enquadra como fornecimento de bem ou serviço de luxo, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 009, de 25 de janeiro de 2023, que regulamenta a aquisição de bens e serviços pela Administração Pública Municipal, tendo em vista que se destina exclusivamente à manutenção da frota oficial e à continuidade dos serviços públicos essenciais.

1.1.4. Caso a Administração opte pela formalização de contrato, este terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições de vantajosidade e interesse público.

1.1.5. O fornecimento de combustíveis e lubrificantes, aliado à gestão informatizada do abastecimento da frota municipal, caracteriza-se como serviço de natureza contínua, por estar diretamente vinculado à operacionalização permanente dos veículos oficiais utilizados na execução de políticas públicas, atividades administrativas, serviços essenciais e atendimento à população.

1.1.6. Trata-se de demanda recorrente, indispensável e previsível, uma vez que o consumo de combustíveis ocorre de forma ininterrupta ao longo de todo o exercício financeiro, sendo condição essencial para a mobilidade da Administração Pública. Por essa razão, a contratação enquadra-se no conceito de serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, sendo tecnicamente justificada a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com Ata de vigência de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a legislação vigente, conforme análise técnica consignada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.1.7. O contrato administrativo ou outro instrumento hábil que o substitua estabelecerá o detalhamento das regras aplicáveis à execução, vigência, fiscalização, responsabilidades das partes e demais condições necessárias à adequada prestação dos serviços, assegurando o cumprimento do interesse público e a regularidade da contratação.

1.2. Justificativa da Contratação

A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo e controlado de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos e máquinas vinculados à Administração Municipal de Araguaçu-TO, por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado, com utilização de cartões magnéticos ou tecnologia equivalente.

A necessidade da contratação decorre da utilização permanente da frota municipal na execução de



atividades essenciais de competência direta da Prefeitura, tais como manutenção de vias e acessos, limpeza urbana, serviços de infraestrutura, deslocamento de servidores da administração, apoio às atividades administrativas e operacionais, bem como atendimento às demandas do Conselho Tutelar. A interrupção ou deficiência no fornecimento de combustíveis comprometeria a continuidade e a eficiência desses serviços, causando prejuízos diretos à população e à administração pública.

A adoção de sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle, a transparência e a eficiência na gestão das despesas públicas, permitindo o registro individualizado dos abastecimentos, o controle de consumo por veículo, a rastreabilidade das operações e a geração de relatórios gerenciais que auxiliem o planejamento, o controle interno e a tomada de decisões administrativas.

A contratação encontra-se devidamente fundamentada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), os quais demonstram a necessidade, a viabilidade técnica e a adequação econômica da solução proposta, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação municipal aplicável.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para garantir a continuidade dos serviços públicos sob responsabilidade da Prefeitura de Araguaçu-TO, assegurando a adequada gestão da frota municipal, o uso racional dos recursos públicos e a eficiência das ações administrativas e operacionais.

1.3 Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

1.3.1 Conforme análise técnica contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP), optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) como a forma mais eficaz e vantajosa de contratação para o objeto em questão, considerando a natureza contínua e variável do consumo de combustíveis e lubrificantes pela frota municipal.

1.3.2 Flexibilidade na gestão da demanda: o SRP permite que a Administração realize as contratações conforme a necessidade efetiva de consumo, evitando estimativas rígidas e possibilitando adequação às oscilações decorrentes das atividades operacionais, administrativas e sazonais da frota municipal.

1.3.3 Continuidade operacional: o fornecimento sob demanda assegura a disponibilidade contínua dos combustíveis necessários à execução das atividades administrativas e operacionais da Prefeitura, sem a necessidade de contratação antecipada de quantitativos fixos que possam não refletir o consumo real.

1.3.4 Maior competitividade e vantajosidade econômica: o SRP amplia a competitividade do certame, permitindo a obtenção de propostas mais vantajosas e garantindo que os valores registrados reflitam as condições efetivamente praticadas no mercado ao longo da vigência da ata.

1.3.5 Otimização da gestão orçamentária e financeira: o modelo permite que os pagamentos estejam vinculados exclusivamente ao consumo efetivamente realizado, assegurando melhor controle da execução orçamentária e maior aderência ao planejamento financeiro da Administração.

1.3.6 Adequação à natureza do objeto: o consumo de combustíveis caracteriza-se como demanda contínua e previsível, porém sujeita a variações, enquadrando-se nas hipóteses que recomendam a utilização do SRP, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável.

1.3.7 Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se tecnicamente justificada, constituindo instrumento adequado para garantir regularidade no abastecimento da frota municipal, eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na gestão contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO, o qual identifica, analisa e



justifica a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis, por meio de sistema eletrônico com utilização de cartões magnéticos ou tecnologia equivalente, destinados ao abastecimento da frota da Administração Municipal.

2.2. O ETP descreve o problema administrativo decorrente da necessidade permanente de abastecimento dos veículos e máquinas utilizados nas atividades essenciais de competência da Prefeitura, tais como manutenção de vias e acessos, limpeza urbana, serviços de infraestrutura, deslocamento de servidores da administração, apoio às atividades administrativas e operacionais, bem como atendimento às demandas do Conselho Tutelar. Evidencia-se que a ausência ou descontinuidade no fornecimento de combustíveis compromete a execução dos serviços públicos, impactando diretamente o atendimento à população e a eficiência administrativa. O documento aponta que a solução mais adequada consiste na contratação de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, que permita maior controle, rastreabilidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

2.3. Além disso, o ETP apresenta levantamento de mercado, justificativas técnicas e econômicas e análise de viabilidade da solução proposta, demonstrando que a adoção de procedimento licitatório, com possibilidade de utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), mostra-se a forma mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, assegurando flexibilidade no atendimento da demanda e otimização dos gastos públicos.

2.4. Todas as informações utilizadas na elaboração deste Termo de Referência encontram-se devidamente consolidadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), sem divulgação de dados sigilosos, estando os documentos e anexos disponíveis para consulta no processo administrativo correspondente, em conformidade com os princípios da publicidade, legalidade, eficiência e transparência, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas normas municipais aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na contratação, por meio de procedimento licitatório, preferencialmente utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis, com utilização de cartões magnéticos ou tecnologia equivalente, destinados ao abastecimento dos veículos e máquinas da Administração Municipal de Araguaçu-TO, com execução conforme a demanda administrativa, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato.

3.2. A solução proposta contempla todo o ciclo operacional do serviço, iniciando-se com a implantação do sistema de gerenciamento, a disponibilização dos cartões magnéticos ou eletrônicos individualizados por veículo e condutor, o credenciamento da rede de postos fornecedores de combustíveis e a integração tecnológica necessária para a operacionalização dos abastecimentos. Durante a execução contratual, o sistema deverá permitir o controle, a rastreabilidade e o monitoramento contínuo dos consumos, assegurando conformidade com as especificações técnicas, os limites estabelecidos pela Administração e as condições comerciais pactuadas.

3.3. A utilização do sistema de gerenciamento possibilitará a adoção de práticas de consumo racional, transparência e controle das despesas públicas, reduzindo riscos de desperdícios, abastecimentos indevidos ou desconformidades. A solução deverá observar as normas ambientais e regulatórias aplicáveis, especialmente quanto à comercialização de combustíveis, à segurança operacional e à adoção de boas práticas ambientais pela rede credenciada.

3.4. Dessa forma, a solução proposta abrange não apenas o fornecimento de combustíveis, mas



também a gestão eficiente, segura e sustentável do abastecimento da frota municipal, assegurando o atendimento contínuo das necessidades da Administração Pública e a observância dos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e desenvolvimento sustentável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Da Execução dos Serviços e do Sistema de Gerenciamento

4.1.1 O objeto consiste na prestação de serviços de gerenciamento, controle e intermediação do fornecimento de combustíveis e lubrificantes, mediante implantação e operação de sistema informatizado e integrado, com utilização de cartões magnéticos, eletrônicos ou tecnologia equivalente, destinados ao atendimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Araguaçu/TO.

4.1.2 A disponibilização e ativação dos cartões individualizados por veículo deverá ocorrer em conformidade com o cronograma de implantação previsto no item 6 deste Termo de Referência, assegurada a operacionalidade mínima do sistema no Município de Araguaçu/TO no prazo inicial estabelecido e a conclusão integral da implantação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos.

4.1.3 Após a emissão da Autorização de Serviços, a CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e das respectivas unidades administrativas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Placa do veículo;
- Marca e modelo;
- Tipo do veículo;
- Número do chassi;
- Tipo de combustível;
- Ano de fabricação;
- Unidade de lotação (unidade administrativa responsável);
- Capacidade do tanque;
- Quilometragem ou hodômetro, conforme o caso;
- Nome completo do condutor;
- Matrícula funcional do condutor;
- Unidade administrativa de vinculação do condutor;
- Base da unidade (Município).

4.1.4 O sistema tecnológico integrado deverá possibilitar o gerenciamento, controle e pagamento dos abastecimentos realizados, assegurando que cada veículo seja identificado por cartão próprio e que as transações sejam realizadas mediante validação do condutor por senha pessoal e intransferível ou outro mecanismo seguro de autenticação.

4.1.5 O sistema deverá adotar mecanismos de segurança compatíveis com as boas práticas de mercado, assegurando controle de acessos, registro de logs de utilização, rastreabilidade das operações realizadas, integridade das informações e preservação do histórico das transações durante toda a vigência contratual.

4.1.6 O sistema deverá operar em ambiente web, com acesso restrito mediante login e senha, permitindo à CONTRATANTE, em tempo real:

I – bloqueio e desbloqueio de cartões;

II – Redefinição de senha;

III – fixação e alteração de limites de crédito por veículo;

IV – Acompanhamento das transações realizadas;

V – Emissão de relatórios gerenciais por veículo, condutor, unidade administrativa, período e tipo de combustível.



4.1.7 A CONTRATANTE estabelecerá limites individuais de utilização por veículo, não sendo permitida a realização de abastecimentos que ultrapassem os limites fixados, salvo mediante autorização expressa do gestor do contrato.

4.1.8 A rede credenciada deverá estar apta à realização de transações eletrônicas on-line, devendo a CONTRATADA disponibilizar procedimento de contingência que assegure a continuidade do abastecimento em caso de indisponibilidade temporária do sistema.

4.1.9 O sistema deverá registrar os valores praticados no momento da transação, assegurando a rastreabilidade das operações e a transparência das informações, possibilitando a verificação da compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado.

4.1.10 A Administração poderá realizar monitoramento periódico dos preços praticados na rede credenciada, a fim de verificar sua compatibilidade com os valores médios de mercado regional ou nacional, podendo adotar medidas administrativas cabíveis em caso de distorções relevantes que comprometam a economicidade da contratação.

4.2 Da Rede Credenciada

4.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar rede de postos credenciados apta a atender às necessidades da Administração Municipal, garantindo cobertura nas principais rotas de deslocamento institucional da frota, abrangendo as regiões de Araguaçu/TO, Gurupi/TO e Paraíso do Tocantins/TO, a rota entre Palmas/TO e Goiânia/GO, bem como o trajeto até Brasília/DF, sem prejuízo de outras localidades necessárias ao atendimento.

4.2.2 A exigência de rede credenciada nos municípios indicados fundamenta-se na necessidade de assegurar o abastecimento contínuo da frota municipal em razão de deslocamentos administrativos, participação em capacitações, reuniões técnicas e demais atividades institucionais realizadas de forma recorrente nessas localidades.

4.2.3 A comprovação da rede credenciada nos municípios indicados neste Termo de Referência não será exigida na fase de habilitação, devendo ocorrer em conformidade com o prazo de implantação contratual previsto no item 6.

4.2.4 A CONTRATADA deverá garantir:

I – A disponibilização de, no mínimo, 01 (um) posto credenciado localizado no Município de Araguaçu/TO, apto ao atendimento imediato da frota, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço. Tal exigência se justifica pelo fato de a sede da Prefeitura e a maior parte dos serviços prestados pela Administração Municipal estarem concentrados nesse município, sendo essencial garantir atendimento imediato à frota e continuidade operacional das atividades institucionais;

II – A implementação completa da rede credenciada nos demais municípios indicados no Termo de Referência no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, nos termos do cronograma de implantação.

4.2.5 A rede credenciada não poderá impor restrições operacionais que inviabilizem o abastecimento regular da frota, devendo estar apta ao atendimento durante o horário regular de funcionamento dos estabelecimentos.

4.3 Dos Quantitativos Estimados

4.3.1 A previsão estimada de consumo de combustíveis e lubrificantes para o período contratual de 12 (doze) meses encontra-se detalhada abaixo;

4.3.2 Os quantitativos indicados possuem caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, sendo o pagamento condicionado exclusivamente aos abastecimentos efetivamente realizados.



DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01	125	BD	ADITIVO ARLA 20 LITROS
02	40.000	LT	GASOLINA COMUM
03	35	UN	GRAXA 20 KG
04	400	LT	OLEO (ATF) DIREÇÃO
05	200	UN	OLEO 2T 500 ML
06	100	BD	OLEO DE CAMBIO 80
07	100	BD	OLEO DE CAMBIO 90
08	180	BD	OLEO DE FREIO 500 ML
09	130	LT	OLEO DE MOTOR 20W50 (GASOLINA)
10	10	BD	OLEO DE TRANSMISSÃO 433
11	80.000	LT	OLEO DIESEL COMUM (S 500)
12	130.000	LT	OLEO DIESEL S10
13	117	BD	OLEO DIFERENCIAL 140
14	120	BD	OLEO HIDRAULICO 68
15	200	LT	OLEO LUBRIFICANTE 15W 40
16	12	BD	OLEO LUBRIFICANTE 20W50 (DIESEL)
17	100	LT	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 SINTETICO
18	270	LT	OLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTETICO 10W40
19	100	BD	OLEO DE MOTOR SAE 40
20	90	LT	OLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTETICO 5W30
21	80	LT	OLEO MOTOR - SAE 10W30 API CJ
22	300	UN	OLEO MINERAL LUBRIFICANTE SAE 20 W 50 API
23	2.000	UN	ALCOOL ETILICO (AEHC)

A definição dos quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência foi realizada com base em análise técnica fundamentada em dados objetivos de execução contratual e no histórico recente de consumo da frota municipal, observando-se critérios de planejamento, razoabilidade e economicidade.

Para a elaboração da estimativa, foram considerados os quantitativos demandados e efetivamente executados nos exercícios anteriores (2024 e 2025), conforme demonstrado nos documentos anexos ao processo administrativo, com especial atenção aos dados extraídos da contratação imediatamente precedente (Pregão Eletrônico 002/2024), que serviu como parâmetro comparativo entre a previsão inicial e o consumo efetivamente realizado.

A análise histórica evidenciou variações relevantes entre o quantitativo originalmente estimado e a demanda efetivamente executada, demonstrando a necessidade de adequação do planejamento às condições reais de utilização da frota municipal, a fim de evitar tanto o subdimensionamento, que pode comprometer a continuidade dos serviços públicos, quanto o superdimensionamento, que pode resultar em ineficiência orçamentária.

Ressalta-se que os quantitativos ora estimados possuem natureza meramente referencial, não gerando obrigação de consumo integral por parte da Administração, constituindo limite máximo para fins de planejamento e controle da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A metodologia adotada assegura aderência à realidade operacional da Administração Municipal, conferindo maior segurança técnica à estimativa e promovendo a continuidade dos serviços públicos com observância aos princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e da economicidade.

4.4. VALOR ESTIMADO MENSAL E TOTAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR TOTAL ESTIMADO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
01	Fornecimento de Combustível, Lubrificantes e graxa para a prefeitura municipal de Araguaçu – TO.	R\$ 170.289,87	R\$ 2.043.478,40
TOTAL			R\$ 2.043.478,40

O custo estimado total da presente contratação, conforme levantamento constante na planilha de produtos é de **R\$ 2.043.478,40 (Dois milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)**. A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em consultas realizadas no **Banco de Preços**, plataforma pública amplamente utilizada para aferição de valores praticados em aquisições por entes da Administração Pública. Foram coletados preços médios de mercado para os itens específicos fracassados no certame anterior, respeitando-se as características técnicas exigidas e o perfil dos produtos anteriormente especificados.

As pesquisas consideraram contratos firmados recentemente por administrações públicas de municípios com porte e realidade semelhantes à do Município de Araguaçu-TO, priorizando-se fontes de referência que incluíssem condições de fornecimento similares.

O resultado dessa pesquisa permitiu obter uma estimativa realista e atualizada dos valores praticados, servindo de base segura para a definição do valor estimado da contratação, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. DA TAXA PERCENTUAL MÁXIMA PERMITIDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇO	TAXA PERCENTUAL MÁXIMA PERMITIDA
01	Contratação de empresa operadora de sistema de cartões para prestação de serviço de administração, combustíveis e lubrificantes, através da utilização de sistema via WEB próprio da empresa, para atender o Município de Araguaçu Secretaria de Administração e Secretarias adjuntas com prestação de serviço para um período de 12 (doze) meses.	3,68%

A taxa administrativa máxima admitida para a presente contratação é de **3,68% (três vírgula sessenta e oito por cento)**, incidente sobre o valor efetivamente consumido em combustíveis e lubrificantes, conforme estimativa fundamentada em pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, cuja memória de cálculo integra o processo administrativo e se encontra detalhado abaixo.

A referida taxa foi obtida mediante análise comparativa de contratações similares realizadas por entes da Administração Pública, observando-se objetos compatíveis e condições de execução equivalentes, nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A taxa administrativa ofertada pelo licitante incidirá exclusivamente sobre o montante efetivamente faturado referente ao consumo realizado no período, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais a título de administração, intermediação ou manutenção do sistema, salvo previsão expressa no edital.

UNIDADE GESTORA	ANO	Nº PROCESSO	TAXA PERCENTUAL
Prefeitura Municipal de Niquelândia - GO	2025	Pregão Eletrônico	6,26%



		013/2025	
Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR	2025	Pregão eletrônico 030/2025	4,78%
Prefeitura Municipal de Dianópolis - TO	2025	Adesão 007/2025	0%

4.5.1 Da Admissão de Taxa Negativa e Análise de Exequibilidade

Será admitida a apresentação de taxa administrativa negativa, desde que demonstrada a exequibilidade da proposta.

Na hipótese de apresentação de taxa negativa ou significativamente inferior à média de mercado, a Administração poderá exigir demonstração detalhada da viabilidade econômica da proposta, inclusive mediante apresentação de planilha explicativa da composição da receita operacional da licitante, a fim de assegurar a execução contratual sem risco de descontinuidade ou prejuízo ao interesse público.

A não comprovação da exequibilidade poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA**, incidente sobre o valor efetivamente consumido em combustíveis e lubrificantes, observados os quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.

O valor global estimado da contratação tem caráter meramente referencial e destina-se exclusivamente ao planejamento orçamentário da Administração, não constituindo critério autônomo de julgamento.

A taxa administrativa ofertada será aplicada sobre o montante efetivamente faturado, correspondente aos abastecimentos realizados no período, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais não previstos no edital ou no instrumento contratual.

Na hipótese de apresentação de taxa negativa, o julgamento observará igualmente o critério de menor taxa, sem prejuízo da análise de exequibilidade prevista neste Termo de Referência.

4.7. RELAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINAS

**ÓRGÃO GERENCIADOR:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÇU/TO**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEICULOS	PLACA
1	PATROL 120K 2012-CATERPILLAR	NÃO TEM
2	PATROL 140ZB - 1981 HUBER WACO	NÃO TEM
3	PATROL XCMG /MODELO 1803BR/ ANO 2022.	NÃO TEM
4	PATROL XCMG 1803BR/ ANO 2021	NÃO TEM
5	PA CARREGADEIRA 2011 - A924 HZ - CATERPILLAR	NÃO TEM
6	PÁ CARREGADEIRA LW300KV – XCMG ANO/2020	NÃO TEM
7	PÁ CARREGADEIRA XCMG LW300KV/ ANO 2021	NÃO TEM
8	PÁ CARREGADEIRA XCMG - LW300 KU / 2022	NÃO TEM
9	PÁ CARREGADEIRA XCMG/ ANO 2021	NÃO TEM
10	RETRO ESCAVADEIRA 2013 - 58N - CASE	NÃO TEM
11	RETROESCAVADEIRA - XCMG - XX870 ANO:2020	NÃO TEM
12	TRATOR MASSEY FERGUSON 4275 4X4 ANO/MOD:2015/2015	NÃO TEM
13	TRATOR MASSEY FERGUSON 4292 4X4 ANO DE FAB/MOD:2015/2015	NÃO TEM



14	TRATOR MASSEY FERGUSON 283 DISKEL - ANO FAB/MOD:2009/2009	NÃO TEM
15	TRATOR AGRALE BX 6110 4X4 ANO FAB/MOD:2012/2012	NÃO TEM
16	TRATOR NEW HOLAND TT 4030 4X4 ANO FAB/MOD:2013/2013	NÃO TEM
17	TRATOR AGRICOLA NEW HOLAND TT 4.75 4X4 ANO:2021	NÃO TEM
18	TRATOR JOHN DEERE 5080E ANO:2021	NÃO TEM
19	TRATOR MAHINDRA - 9500S - ANO 2021	NÃO TEM
20	GRADE CONTROLE 2011-TATU 16X28 - MARCHESSAN	NÃO TEM
21	GRADE CONTROLE 2013 - KOLER 14X28	NÃO TEM
22	GRADE CONTROLE 2009 - BALDAN 16X28	NÃO TEM
23	GRADE CONTROLE ARADORA - TATU 14X28	NÃO TEM
24	GRADE CONTROLE ARADORA-PACCEN 16X26	NÃO TEM
25	TANQUE DE AGUA PIPA - 5000 LITROS	NÃO TEM
26	ROÇADEIRA HIDRAULICA TOMADA DE FORÇA	NÃO TEM
27	ROÇADEIRA AVARÉ SP2 TRAÇÃO NAS RODAS	NÃO TEM
28	CARRETA FACCHINI 2015 - 4000K 2 EIXO	NÃO TEM
29	CARRETA AGRICOLA - PENCHE 2 TONELADAS 2 EIXO	NÃO TEM
30	CARRETA AGRICOLA - PENCHE 2 TONELADAS 2 EIXO -ACTON	NÃO TEM
31	PLANTADEIRA DE MILHO - 3 LINHAS T2SI-MARCHESAN	NÃO TEM
32	PLANTADEIRA DE MILHO - 4 LINHAS 13/9929 KOHLER	NÃO TEM
33	PLANTADEIRA DE MANDIOCA - PTM MARCHESAN	NÃO TEM
34	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO - 3.5 TONELADAS EPACOL 1 EIXO	NÃO TEM
35	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 2729 ANO FAB/MOD:2014 - VOLKS	OYC-2891
36	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLKS 13180 ANO FAB/MOD:2010 PLACA MWW-4036	MWW-4036
37	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLKS 13180 ANO FAB/MOD:2009/2009	MWS- 0696
38	CAMINHÃO 3/4 FAB/MOD:2014 PLACA VOLKS	QKD-7231
39	CAMINHÃO COLETA LIXO M1390- FAB/MOD:2013	OLK-7911
40	CAMINHÃO PIPA FAB/MOD:2002	MWK-4250
41	CAMINHÃO PIPA - IVECO, ANO 2022	SGQ1G43
42	CAMINHÃO CAÇAMBA MODELO UW 13190, ANO 215, VOLKSWAGEM	QKD-7221
43	CAMINHÃO CAÇAMBA - IVECO, MODELO TECTOR 170E21, ANO 2022	SGN 5D78
44	CAMINHÃO COLETOR LIXO- IVECO, MODELO TECTOR 11-190, ANO 2021	RTK7C33
45	CAMINHÃO CAÇAMBA- IVECO, MODELO TECTOR 240E28, ANO 2021/ PLACA REM 9D22	REN- 9D22
46	ONIBUS - VOLARE, MODELO WL ON, ANO 2020/PLACA QKD-9E09	QKD -9E09
47	PIKAPE STRADA FIAT FLEX FAB/MOD:2015	QKB - 1612
48	SPACE FOX - VOLKS - ANO/FAB:2011	MWR-2151
49	GOL - VOLKSWAGEM ANO/FAB\;2020	QWC8F10
50	CAMINHONETE HILUX CD DSL 4X4 SRV AT/ANO 2021/MODELO 2022	RCC0J39
51	CAMINHONETE L200 GL MITSUBISHI/ANO 2009	MWX-6831
52	AIR CROSS START CITROEN ANO/FAB:2018	QKM - 5663
53	CAMINHONETE L200 ANO 2022	QWF A499

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Do Abastecimento e do Sistema de Gestão

5.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, acessível via plataforma web, destinado ao controle, acompanhamento e



rastreabilidade das operações de fornecimento de combustíveis e lubrificantes da frota municipal.

5.1.2 O sistema deverá permitir, no mínimo:

- I – Registro eletrônico das operações realizadas, com disponibilização das informações para consulta em tempo real;
- II – Parametrização de limites e regras de utilização por veículo e condutor;
- III – envio de alertas eletrônicos à CONTRATANTE acerca de inconsistências, extrapolação de limites ou ocorrências atípicas;
- IV – Cancelamento imediato de cartões em caso de perda, extravio ou uso indevido;
- V – Identificação obrigatória do condutor no momento da transação, mediante senha pessoal e intransferível ou mecanismo equivalente de segurança.

5.2 Do Acesso e dos Níveis de Permissão

5.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao sistema em níveis de permissão compatíveis com a estrutura administrativa da CONTRATANTE.

5.2.2 Caberá à CONTRATANTE definir os perfis de acesso (consulta e/ou administração), podendo designar usuários com acesso total ou parcial às informações da frota, conforme necessidade funcional.

5.3 Dos Relatórios Operacionais

O sistema deverá permitir a emissão de relatórios operacionais contendo, no mínimo:

- Data e hora da operação;
- Identificação do estabelecimento credenciado;
- Identificação do condutor;
- Identificação do veículo;
- Quilometragem ou hodômetro no momento da operação;
- Tipo de serviço realizado;
- Tipo e quantidade de combustível;
- Valor da operação;
- Histórico das transações por veículo, condutor e estabelecimento.

5.4 Dos Relatórios Gerenciais

O sistema deverá disponibilizar relatórios gerenciais que permitam:

- I – Acompanhamento do desempenho da frota por período;
- II – Análise comparativa de consumo por categoria e modelo de veículo;
- III – identificação de variações anormais de consumo ou quilometragem;
- IV – Consolidação de despesas por unidade administrativa;
- V – Apuração de custo por tipo de combustível.

5.5 Das Funcionalidades Complementares

O sistema deverá ainda possibilitar:

- Alteração de limites de consumo em tempo real;
- Emissão de extratos detalhados por veículo e por frota;
- Identificação de inconsistências de consumo ou registros atípicos;
- Parametrização de relatórios conforme necessidade da Administração;
- Controle por quilometragem ou hodômetro, conforme o tipo de veículo;
- Bloqueio e desbloqueio de estabelecimentos credenciados, quando necessário à adequada gestão contratual.



5.6 Dos Indicadores de Gestão

A solução deverá apresentar indicadores que permitam à Administração:

Avaliar consumo médio por veículo;

Identificar custos por quilômetro rodado;

Comparar desempenho entre veículos da mesma categoria;

Identificar veículos com baixa eficiência ou custos elevados;

Subsidiar decisões relativas à manutenção, substituição ou racionalização da frota.

5.7 Das Transações com Parâmetros de Segurança

O sistema deverá permitir a identificação de transações realizadas fora dos parâmetros previamente estabelecidos, possibilitando sua rastreabilidade por veículo, condutor ou estabelecimento, para fins de controle interno e eventual responsabilização.

6. IMPLANTAÇÃO

6.1 Do Prazo

6.1.1 A implantação completa do sistema de gerenciamento de abastecimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.

6.1.2 Como condição para início da execução contratual, a CONTRATADA deverá assegurar, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a disponibilização do sistema em funcionamento no Município de Araguaçu/TO, com, no mínimo, 01 (um) posto credenciado apto ao atendimento da frota municipal.

6.2 Das Etapas da Implantação

A implantação deverá contemplar, no mínimo:

I – Cadastramento completo da frota municipal no sistema;

II – Parametrização de limites e perfis de acesso definidos pela CONTRATANTE;

III – disponibilização e ativação dos cartões;

IV – Apresentação da relação atualizada da rede mínima credenciada nos municípios listados no Termo de Referência;

V – Treinamento dos servidores designados pela Administração.

6.3 Da Consolidação da Rede Credenciada

6.3.1 A rede credenciada nos municípios indicados no Termo de Referência deverá estar plenamente implementada até o término do prazo previsto no item 6.1.1.

6.3.2 A CONTRATADA deverá manter a rede credenciada ativa e atualizada durante toda a vigência contratual, assegurando atendimento contínuo à frota municipal.

6.3.3 O atraso injustificado na implantação mínima no Município de Araguaçu/TO poderá ensejar aplicação de penalidades contratuais, inclusive multa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. DA SEGURANÇA NO FORNECIMENTO

7.1 Na ocorrência de falhas nos equipamentos da rede credenciada, nos cartões vinculados aos veículos ou em situações excepcionais, tais como interrupção de energia elétrica, instabilidade de comunicação ou indisponibilidade temporária do sistema, a CONTRATADA deverá assegurar meio alternativo de autorização que permita a continuidade do abastecimento.

§ 1º O meio alternativo poderá ocorrer por atendimento telefônico ou outro canal remoto disponibilizado pela CONTRATADA, mediante validação dos dados do veículo e do condutor e posterior



registro da operação no sistema, para fins de controle e rastreabilidade.

§ 2º As autorizações concedidas em contingência deverão ser registradas no sistema em prazo razoável, não superior a 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo devidamente justificado.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES

8.1 Vistorias e acompanhamento da rede

A CONTRATANTE poderá realizar vistorias técnicas nos estabelecimentos credenciados ou em processo de credenciamento, com a finalidade de verificar as condições estruturais e operacionais para atendimento da frota municipal.

Parágrafo único. Constatadas irregularidades, a CONTRATADA será formalmente comunicada para adoção das providências cabíveis, inclusive substituição ou exclusão do estabelecimento da rede credenciada, quando necessário.

8.2 Transparência dos repasses

8.2.1 A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitada pela CONTRATANTE, demonstrativo dos repasses financeiros realizados aos estabelecimentos credenciados, relacionados às transações efetuadas no âmbito do contrato, para fins de acompanhamento da execução contratual.

8.2.2 A eventual inadimplência da CONTRATADA perante os estabelecimentos credenciados não poderá, em hipótese alguma, comprometer o atendimento à frota municipal, permanecendo a contratada integralmente responsável pelos repasses financeiros e pelos prejuízos decorrentes de eventual suspensão de atendimento.

8.3 Teste prático do sistema

O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para demonstrar as funcionalidades mínimas do sistema informatizado, como condição para adjudicação do objeto.

§ 1º A demonstração limitar-se-á à verificação objetiva das funcionalidades expressamente previstas neste Termo de Referência.

§ 2º A não comprovação das funcionalidades mínimas implicará desclassificação da proposta, com convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

O sistema deverá permitir, no mínimo:

- a) utilização mediante senha individual válida;
- b) bloqueio e desbloqueio de cartão ou veículo pela CONTRATANTE;
- c) definição e alteração de limites de uso;
- d) emissão de relatórios gerenciais;
- e) disponibilização de consulta a informações de preços praticados na rede credenciada, quando compatível com o modelo operacional adotado.

8.4. Da Disponibilização e Portabilidade dos Dados

Ao término da vigência contratual, independentemente do motivo de encerramento, a CONTRATADA deverá disponibilizar à Administração todos os dados operacionais, financeiros e gerenciais vinculados à execução do contrato, em formato eletrônico aberto, estruturado e compatível, que permita sua leitura, armazenamento e eventual migração para outro sistema.

A entrega dos dados deverá ocorrer sem ônus adicional à Administração e não poderá ser condicionada à contratação futura ou à manutenção de vínculo contratual.

8.5 RESPONSABILIDADE DAS PARTES

A CONTRATADA obriga-se a:



- a) disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento, por meio de cartões ou tecnologia equivalente;
- b) Garantir a disponibilidade regular do sistema, adotando medidas imediatas para restabelecimento em caso de falhas.
- c) fornecer cartões individualizados e assegurar mecanismos de bloqueio, substituição e controle;
- d) implantar o sistema nos prazos definidos neste Termo de Referência;
- e) manter rede credenciada conforme as áreas estabelecidas;
- f) assegurar que os combustíveis atendam às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- g) fornece relatórios gerenciais e operacionais;
- h) corrigir falhas identificadas na execução contratual;
- i) responsabilizar-se integralmente pelos pagamentos aos estabelecimentos credenciados;
- j) cumprir as disposições contratuais e legais aplicáveis, inclusive a Lei nº 14.133/2021;
- k) assegurar que o sistema informatizado observe padrões adequados de segurança da informação, garantindo a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados relacionados à execução contratual, responsabilizando-se por eventuais falhas que resultem em vazamento, perda, manipulação indevida ou acesso não autorizado às informações da Administração.

A CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer as informações necessárias à implantação do sistema;
- b) designar gestor e fiscais do contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- d) rejeitar serviços executados em desacordo com o Termo de Referência;
- e) efetuar os pagamentos após atesto da execução;
- f) comunicar formalmente eventuais irregularidades.

OBSERVAÇÕES TÉCNICAS

8.6 Subcontratação

É **expressamente vedada a subcontratação total ou parcial** do objeto, nos termos do art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021. O fornecimento deverá ser executado diretamente pela empresa contratada, sob sua total responsabilidade técnica e legal.

8.7 Garantia da Contratação

Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a natureza do objeto de **prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de abastecimento de combustíveis e lubrificantes, por meio de sistema informatizado via cartões** não apresenta risco elevado de inadimplemento que justifique a imposição de garantia contratual.

Registra-se que a execução do objeto se dará de forma **parcelada e condicionada à efetiva prestação dos serviços**, com pagamento vinculado ao consumo realizado, além de contar com mecanismos permanentes de controle, rastreabilidade e fiscalização em tempo real, o que mitiga riscos operacionais, financeiros e contratuais.

Ademais, eventual descumprimento contratual poderá ser adequadamente enfrentado por meio das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, não se mostrando necessária a exigência de garantia, conforme análise de risco consignada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, economicidade e competitividade.



9. REQUISITOS CONDICIONANTES À DECLARAÇÃO DO CONTRATADO

A empresa classificada em primeiro lugar deverá comprovar, como condição para adjudicação e futura contratação, que dispõe de capacidade técnica e operacional compatível com o objeto deste Termo de Referência.

9.1. Comprovação de Capacidade Operacional

A comprovação ocorrerá mediante apresentação dos seguintes elementos:

- a) Relação atualizada da rede de estabelecimentos credenciados, compatível com as áreas de atuação e necessidades operacionais do Município de Araguaçu-TO, demonstrando capilaridade suficiente para atendimento da frota municipal;
- b) Descrição técnica detalhada do sistema informatizado de gerenciamento, contendo, no mínimo:
 - funcionalidades operacionais;
 - mecanismos de controle de abastecimento;
 - ferramentas de gestão e emissão de relatórios;
 - níveis de acesso e perfis de usuários;
 - recursos de segurança, rastreabilidade, bloqueio e controle de utilização;
 - possibilidade de acompanhamento de saldo e registros financeiros vinculados à execução contratual.
- c) Declaração formal de que o sistema atende integralmente às exigências técnicas e funcionais previstas neste Termo de Referência.

§1º A Administração poderá realizar diligências para verificação da veracidade das informações apresentadas.

§2º A não comprovação dos requisitos previstos neste item implicará na desclassificação da proposta e convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

9.2. Validação do Sistema na Fase de Implantação

A validação prática das funcionalidades do sistema ocorrerá após a assinatura do contrato, durante o prazo de implantação no Município de Araguaçu-TO.

§1º A Contratada deverá realizar demonstração técnica completa do sistema perante equipe designada pela Administração, comprovando o funcionamento de todas as funcionalidades exigidas neste Termo de Referência.

§2º A validação será condição para o início da operação definitiva do sistema.

§3º Constatadas inconformidades ou falhas operacionais, a Contratada deverá promover os ajustes necessários no prazo fixado pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.

§4º A implantação do sistema deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido no contrato, compreendendo a disponibilização de acesso, parametrização, cadastramento de usuários, capacitação inicial e demais providências necessárias ao pleno funcionamento.

11 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII “f” da Lei n. 14.133/2021)

10.1 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

10.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.1.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.1.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificação para



correção da execução contratual, fixando prazo para saneamento.

10.1.4 O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência.

10.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.1.6 O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.2 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário.

10.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema e reportará ao gestor do contrato quando a matéria ultrapassar sua competência.

10.2.3 Fica designado como fiscal do contrato o Sr. **DENILSON PEREIRA DA SILVA – ADM**, conforme Decreto Municipal nº 020/2025.

10.3 GESTOR DO CONTRATO

10.3.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, tais como ordem de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório para verificação da necessidade de adequações contratuais.

10.3.2 O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, adotando as providências necessárias e comunicando à autoridade superior situações que ultrapassem sua competência.

10.3.3 O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais riscos que obstem o fluxo regular da liquidação da despesa.

10.3.4 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, com menção ao desempenho contratual e eventuais penalidades aplicadas.

10.3.5 O gestor adotará providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.6 Ao término do contrato, o gestor elaborará relatório final acerca da consecução dos objetivos da contratação e eventuais medidas de aprimoramento.

10.3.7 O gestor encaminhará ao setor competente a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.3.8 O contratado deverá manter preposto aceito pela Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO para representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.9 A indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada pela Administração, mediante justificativa, devendo a empresa designar substituto.

10.3.10 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.3.11 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual.

10.3.12 O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



10.3.13 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.3.14 As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de meio eletrônico.

10.3.15 A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.3.16 Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, contendo obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução, método de aferição de resultados e sanções aplicáveis.

10.3.17 Antes do pagamento da nota fiscal ou fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

10.3.18 Fica designado como gestor do contrato o Sr. **DENILSON PEREIRA DA SILVA – ADM**, conforme Decreto Municipal nº 020/2025;

11. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO, RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII “g” da Lei nº 14.133/2021)

11.1 Aferição da Execução do Objeto

11.1.1 A aferição da execução do objeto será realizada de forma contínua e sistemática, mediante verificação da correta prestação dos serviços de administração, gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis e lubrificantes, por meio do sistema informatizado disponibilizado pela Contratada, observando-se as disposições deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da proposta vencedora.

11.1.2 A comprovação da execução dos serviços dar-se-á por meio dos relatórios gerenciais, financeiros e operacionais emitidos pelo sistema, que deverão demonstrar, de forma clara e auditável, os abastecimentos realizados, os valores praticados, os veículos atendidos, os condutores identificados e os respectivos períodos de consumo, podendo ser utilizado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável.

11.1.3 O pagamento será efetuado mensalmente, após validação e atesto da prestação dos serviços pelo setor competente da Contratante, condicionado à comprovação do efetivo consumo de combustíveis e lubrificantes, à regularidade fiscal da Contratada e ao fiel cumprimento das condições contratuais.

11.1.4 Verificadas irregularidades, inconsistências ou desconformidades na execução dos serviços, a Administração poderá proceder à retenção ou glosa proporcional dos valores devidos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, especialmente nas seguintes hipóteses:

I – Falhas no sistema de gerenciamento que comprometam o controle, a rastreabilidade ou a segurança das operações;

II – Cobrança de valores divergentes daqueles registrados no sistema ou praticados na rede credenciada;

III – Abastecimentos realizados em desacordo com os parâmetros, limites ou autorizações definidas pela Contratante;

IV – Descumprimento das obrigações contratuais relativas à rede credenciada, prazos, segurança ou suporte operacional;

V – Reincidência de falhas que comprometam a regularidade e a confiabilidade da execução do objeto.

11.1.5 As medições, validações e autorizações de pagamento serão formalizadas mediante atesto do gestor ou fiscal do contrato, com o devido registro no processo administrativo correspondente, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, controle e transparência,



conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 023/2023.

11.2 Do Recebimento Provisório

11.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo designados, mediante termos detalhados, após verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo relativas à prestação dos serviços de administração e gerenciamento do abastecimento, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 22, X, e 25 do Decreto nº 11.246/2022.

11.2.2 O prazo referido no subitem anterior será contado a partir da comunicação formal da Contratada acerca da conclusão do período faturado, acompanhada da documentação comprobatória da execução dos serviços.

11.2.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório sob o aspecto técnico, mediante termo detalhado que comprove a conformidade da execução dos serviços com as especificações contratuais e os indicadores de desempenho estabelecidos.

11.2.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório sob o aspecto administrativo, mediante termo detalhado que ateste a regularidade documental, fiscal e contratual.

11.2.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, atuará de forma complementar, avaliando a execução sob os aspectos técnico e administrativo.

11.2.6 Para fins de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico apurará os resultados das avaliações da execução do objeto, inclusive quanto ao desempenho, qualidade e confiabilidade do sistema, podendo resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos, com registro em relatório encaminhado ao gestor do contrato.

11.2.7 Considerar-se-á ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um, com a entrega do último documento emitido.

11.2.8 A Contratada fica obrigada a corrigir, reparar ou sanar, às suas expensas, eventuais falhas, inconsistências, defeitos ou irregularidades constatadas na execução do objeto, não sendo efetuado o ateste enquanto pendentes tais correções.

11.2.9 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com este Termo de Referência e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.3 Do Recebimento Definitivo

11.3.1 O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da regularidade, qualidade e adequação da prestação dos serviços, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

11.3.2 Para o recebimento definitivo, será emitido documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, contendo registro do desempenho da Contratada, com base em indicadores objetivos e eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246/2022.

11.3.3 Caso sejam constatadas irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, a Contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, com indicação das cláusulas contratuais pertinentes.

11.3.4 Concluída a análise e sanadas as pendências, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, sendo a Contratada comunicada para emissão da respectiva Nota Fiscal ou Fatura, no valor efetivamente dimensionado pela fiscalização.

11.3.5 A documentação será encaminhada ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

11.4 Das Controvérsias na Execução

11.4.1 Havendo controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou regularidade da execução do objeto,



será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser processada a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa, mediante comunicação formal à Contratada.

11.4.2 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendentes inconsistências imputáveis à Contratada.

11.4.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa e profissional da Contratada pela perfeita execução do contrato.

11.5 Da Liquidação da Despesa

11.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para liquidação da despesa será de 10 (dez) dias;

11.5.2 Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal ou Fatura contém todos os elementos essenciais, especialmente:

- a) data de emissão;
- b) dados do contrato e da Contratante;
- c) período de referência da execução;
- d) valor devido;
- e) destaque de eventuais retenções tributárias.

11.5.3 Havendo erro ou irregularidade que impeça a liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização pela Contratada, sem ônus à Contratante.

11.6 Da Regularidade Fiscal

11.6.1 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada por meio do SICAF ou sistemas oficiais equivalentes;

11.6.2 Constatada irregularidade fiscal, a Contratada será notificada para regularização ou apresentação de defesa no prazo legal, sob pena de adoção das medidas administrativas cabíveis.

11.7 Do Prazo e Forma de Pagamento

11.7.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.7.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá discriminar o valor total correspondente aos abastecimentos efetivamente realizados no período, acrescido da taxa administrativa contratada, quando aplicável, acompanhada dos relatórios detalhados extraídos do sistema informatizado.

11.7.3 O pagamento será realizado exclusivamente em favor da empresa contratada, por meio de ordem bancária para crédito em conta indicada pela Contratada, não mantendo a Administração qualquer vínculo financeiro direto com os estabelecimentos integrantes da rede credenciada.

11.7.4 A contratada será integralmente responsável pelos repasses financeiros à rede credenciada, não podendo eventual inadimplência ou atraso comprometer, sob qualquer hipótese, o abastecimento da frota municipal.

11.7.5 Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

11.7.6 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

11.7.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII “h” da Lei n. 14.133/2021).

12.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO/ TAXA ADMINISTRATIVA**, nos termos do art. 6º, XXIII “h”, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Serão aceitas propostas que apresentem valores compatíveis com a execução do objeto,



considerando a viabilidade técnica e econômica, bem como o atendimento integral das exigências do Termo de Referência.

12.3 O fornecedor que apresentar o menor preço ou maior desconto, desde que atendidas todas as condições de habilitação e conformidade técnica, será declarado vencedor, sujeitando-se à homologação e adjudicação do objeto pela autoridade competente.

12.4 Caso haja empate entre propostas, será observada a prioridade de critério de desempate previsto na Lei nº 14.133/2021;

12.5 A Administração poderá solicitar justificativa de valores ou descontos excessivos, para garantir a compatibilidade da proposta com a execução do objeto, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a economicidade para a Administração.

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII “j” a Lei n. 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 10.03.00 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 10.03.01 – GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 4

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

UNIDADE: 10.25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 20.605.0052.2.089 – Manutenção da Secretária Municipal Da Agricultura E Pecuária

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 12

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.31.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

UNIDADE: 10.31.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.045 – Manutenção da Secretária Municipal da Cidade

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 134

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

UNIDADE: 10.36.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Da Esportes, Turismo E Juventude

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 223

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.38.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE: 10.38.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.451.0052.2.58 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Infraestrutura

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 236

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos



ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.010 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Administração

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 71

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Do Conselho Tutelar

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 90

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

14 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

DANIEL GOMES PAES
Secretário Municipal de Administração



ANEXO II
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para o objeto da presente licitação **Pregão**, na Forma Eletrônica nº **XXX/2025** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE

CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **itens** de no **mínimo 12 meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no **Anexo 01**, do Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Dados da empresa:

Razão Social: _____;

CNPJ (MF) nº: _____;

Inscrição Estadual nº: _____;

Endereço: _____; Fone: _____;

CEP: _____;

Cidade: _____;

Estado: _____;



Banco: _____;
Agência nº: _____;
Conta nº: _____.

Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome: _____;
RG nº: _____;
CPF nº: _____;
Cargo/Função ocupada: _____; Fone: _____;
Email: _____.
Prazo de validade da proposta: _____ (**não inferior a 60 dias**), contado da data da entrega da proposta.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

DECLARAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006 e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observados os dispostos nos §§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2026

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____

e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar da **Pregão nº ___/___, Processo nº ___/2025, DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a)** a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b)** a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c)** o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d)** o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e)** o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f)** o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I** – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II** – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III** – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV** – no tocante a licitações e contratos:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;



- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2026

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS E QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

(NOME DA EMPRESA)____, (n.º do CNPJ), sediada _____(endereço completo)_____,
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão..... da **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO**, que a empresa..... está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2026

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO
EDITAL.

REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX/2025

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, _____, e para os fins de cumprimento do exigido no **Pregão Eletrônico nº. XXX/2025, DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)

NOME: _____

RG nº _____

CARGO / FUNÇÃO: _____

OBS: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, separadamente e antes dos envelopes de Proposta Comercial e de Habilitação, exigidos nesta licitação.



ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

- OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2026

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO IX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO
DEGRADANTE OU FORÇADO**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

- OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



ANEXO X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO XI
PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2026

DECLARAÇÃO DE QUE INIDÔNEDADE

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº _____/2025**, instaurada pelo **Município de Araguaçu-TO**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO XII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA NOSSO CORPO SOCIAL, NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº _____, instaurada pelo **Município de Araguaçu-TO**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO XIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/XXX

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXXX/XXX

O **MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO**, inscrito no CNPJ n.º 02.391.407/0001-12, com sede no prédio da prefeitura localizado na Praça Raul de Jesus Lima, n.º 08, Centro de Araguaçu-TO, CEP: 77.475-000, representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. JARBAS RIBEIRO IVO**, brasileiro, casado, empresário, RG: 2053661 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob n.º 593.451.446-68, residente e domiciliado, na Avenida Araguaia, Centro, Araguaçu-TO, CEP:77.475-000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/2025**, publicada no de/...../2025, processo administrativo n.º/2025. **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às **normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021**, Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE SISTEMA DE CARTÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB PRÓPRIO DA EMPRESA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS ADJUNTAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de referência, Anexo I do Pregão Eletrônico N.º 002/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01	125	BD	ADITIVO ARLA 20 LITROS
02	40.000	LT	GASOLINA COMUM
03	35	UN	GRAXA 20 KG
04	400	LT	OLEO (ATF) DIREÇÃO
05	200	UN	OLEO 2T 500 ML
06	100	BD	OLEO DE CAMBIO 80
07	100	BD	OLEO DE CAMBIO 90
08	180	BD	OLEO DE FREIO 500 ML
09	130	LT	OLEO DE MOTOR 20W50 (GASOLINA)
10	10	BD	OLEO DE TRANSMISSÃO 433
11	80.000	LT	OLEO DIESEL COMUM (S 500)
12	130.000	LT	OLEO DIESEL S10
13	117	BD	OLEO DIFERENCIAL 140



14	120	BD	OLEO HIDRAULICO 68
15	200	LT	OLEO LUBRIFICANTE 15W 40
16	12	BD	OLEO LUBRIFICANTE 20W50 (DIESEL)
17	100	LT	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 SINTETICO
18	270	LT	OLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTETICO 10W40
19	100	BD	OLEO DE MOTOR SAE 40
20	90	LT	OLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTETICO 5W30
21	80	LT	OLEO MOTOR - SAE 10W30 API CJ
22	300	UN	OLEO MINERAL LUBRIFICANTE SAE 20 W 50 API
23	2.000	UN	ALCOOL ETILICO (AEHC)

2.3 RELAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINAS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEICULOS	PLACA
1	PATROL 120K 2012-CATERPILLAR	NÃO TEM
2	PATROL 140ZB - 1981 HUBER WACO	NÃO TEM
3	PATROL XCMG /MODELO 1803BR/ ANO 2022.	NÃO TEM
4	PATROL XCMG 1803BR/ ANO 2021	NÃO TEM
5	PA CARREGADEIRA 2011 - A924 HZ - CATERPILLAR	NÃO TEM
6	PÁ CARREGADEIRA LW300KV – XCMG ANO/2020	NÃO TEM
7	PÁ CARREGADEIRA XCMG LW300KV/ ANO 2021	NÃO TEM
8	PÁ CARREGADEIRA XCMG - LW300 KU / 2022	NÃO TEM
9	PÁ CARREGADEIRA XCMG/ ANO 2021	NÃO TEM
10	RETRO ESCAVADEIRA 2013 - 58N - CASE	NÃO TEM
11	RETROESCAVADEIRA - XCMG - XX870 ANO:2020	NÃO TEM
12	TRATOR MASSEY FERGUSON 4275 4X4 ANO/MOD:2015/2015	NÃO TEM
13	TRATOR MASSEY FERGUSON 4292 4X4 ANO DE FAB/MOD:2015/2015	NÃO TEM
14	TRATOR MASSEY FERGUSON 283 DISKEL - ANO FAB/MOD:2009/2009	NÃO TEM
15	TRATOR AGRALE BX 6110 4X4 ANO FAB/MOD:2012/2012	NÃO TEM
16	TRATOR NEW HOLAND TT 4030 4X4 ANO FAB/MOD:2013/2013	NÃO TEM
17	TRATOR AGRICOLA NEW HOLAND TT 4.75 4X4 ANO:2021	NÃO TEM
18	TRATOR JOHN DEERE 5080E ANO:2021	NÃO TEM
19	TRATOR MAHINDRA - 9500S - ANO 2021	NÃO TEM
20	GRADE CONTROLE 2011-TATU 16X28 - MARCHESAN	NÃO TEM
21	GRADE CONTROLE 2013 - KOLER 14X28	NÃO TEM
22	GRADE CONTROLE 2009 - BALDAN 16X28	NÃO TEM
23	GRADE CONTROLE ARADORA - TATU 14X28	NÃO TEM
24	GRADE CONTROLE ARADORA-PACCEN 16X26	NÃO TEM
25	TANQUE DE AGUA PIPA - 5000 LITROS	NÃO TEM
26	ROÇADEIRA HIDRAULICA TOMADA DE FORÇA	NÃO TEM
27	ROÇADEIRA AVARÉ SP2 TRAÇÃO NAS RODAS	NÃO TEM
28	CARRETA FACCHINI 2015 - 4000K 2 EIXO	NÃO TEM
29	CARRETA AGRICOLA - PENCHE 2 TONELADAS 2 EIXO	NÃO TEM
30	CARRETA AGRICOLA - PENCHE 2 TONELADAS 2 EIXO -ACTON	NÃO TEM
31	PLANTADEIRA DE MILHO - 3 LINHAS T2SI-MARCHESAN	NÃO TEM
32	PLANTADEIRA DE MILHO - 4 LINHAS 13/9929 KOHLER	NÃO TEM
33	PLANTADEIRA DE MANDIOCA - PTM MARCHESAN	NÃO TEM



34	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO - 3.5 TONELADAS EPACOL 1 EIXO	NÃO TEM
35	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 2729 ANO FAB/MOD:2014 - VOLKS	OYC-2891
36	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLKS 13180 ANO FAB/MOD:2010 PLACA MWW-4036	MWW-4036
37	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLKS 13180 ANO FAB/MOD:2009/2009	MWS- 0696
38	CAMINHÃO 3/4 FAB/MOD:2014 PLACA VOLKS	QKD-7231
39	CAMINHÃO COLETA LIXO M1390- FAB/MOD:2013	OLK-7911
40	CAMINHÃO PIPA FAB/MOD:2002	MWK-4250
41	CAMINHÃO PIPA - IVECO, ANO 2022	SGQ1G43
42	CAMINHÃO CAÇAMBA MODELO UW 13190, ANO 215, VOLKSWAGEM	QKD-7221
43	CAMINHÃO CAÇAMBA - IVECO, MODELO TECTOR 170E21, ANO 2022	SGN 5D78
44	CAMINHÃO COLETOR LIXO- IVECO, MODELO TECTOR 11-190, ANO 2021	RTK7C33
45	CAMINHÃO CAÇAMBA- IVECO, MODELO TECTOR 240E28, ANO 2021/ PLACA REM 9D22	REN- 9D22
46	ONIBUS - VOLARE, MODELO WL ON, ANO 2020/PLACA QKD-9E09	QKD -9E09
47	PIKAPE STRADA FIAT FLEX FAB/MOD:2015	QKB - 1612
48	SPACE FOX - VOLKS - ANO/FAB:2011	MWR-2151
49	GOL - VOLKSWAGEM ANO/FAB\;2020	QWC8F10
50	CAMINHONETE HILUX CD DSL 4X4 SRV AT/ANO 2021/MODELO 2022	RCC0J39
51	CAMINHONETE L200 GL MITSUBISHI/ANO 2009	MWX-6831
52	AIR CROSS START CITROEN ANO/FAB:2018	QKM - 5663
53	CAMINHONETE L200 ANO 2022	QWF A499

2.4. DA TAXA PERCENTUAL

ITEM	Descrição/Especificação	Taxa percentual
01	Contratação de empresa operadora de sistema de cartões para prestação de serviço de administração, combustíveis e lubrificantes, através da utilização de sistema via WEB próprio da empresa, para atender o Município de Araguaçu Tom com prestação de serviço para um período de 12 (doze) meses.	%

2.5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.5.1 A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta dos recursos consignados no **Orçamento Geral do Município**, com indicação da dotação orçamentária na nota de empenho quando de eventual contratação:

ORGÃO: 10.03.00 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 10.03.01 – GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 4

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

UNIDADE: 10.25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 20.605.0052.2.089 – Manutenção da Secretária Municipal Da Agricultura E Pecuária



ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 12

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.31.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

UNIDADE: 10.31.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.045 – Manutenção da Secretária Municipal da Cidade

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 134

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

UNIDADE: 10.36.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Da Esportes, Turismo E Juventude

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 223

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.38.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE: 10.38.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.451.0052.2.58 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Infraestrutura

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 236

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.010 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Administração

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 71

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Do Conselho Tutelar

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 90

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a **Prefeitura Municipal de Araguaçu -TO.**

3.2. Órgão detentor da ata:



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação em diário oficial do Município, como também será publicado no site eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.4. O instrumento contratual de que trata o item **5.1. 2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.1.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.6 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.1.7 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.1.8 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.1.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.1.10 O registro a que se refere o item **5.1.10 tem** por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.1.11 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.1.12 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item Erro! Fonte de referência não encontrada. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

b) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

c) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.1.13 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no portal do **BNC** e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.1.14 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.15 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO**.

5.1.16 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.1.17 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação por motivo não justificado, fica facultado a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO**, convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.1.18 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.7 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



7.9 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.11 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela **Prefeitura Municipal de Araguaçu-TO** sem justificativa razoável;
- III - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços ou nas contratações dela decorrentes ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no item 21 do edital, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

10.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados para assumir a contratação, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, após a assinatura da ata.

10.3 Compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, nos termos da regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços, ressalvadas as hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações realizadas pelos órgãos participantes, caso em que caberá ao respectivo órgão a aplicação da penalidade.

10.4 As sanções administrativas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente com multa, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

10.5 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

10.6 A eventual aplicação de penalidades será precedida de regular processo administrativo, garantindo-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Na hipótese de aplicação de multa, os valores poderão ser descontados dos créditos eventualmente devidos à contratada ou cobrados na forma da legislação vigente.

11. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. A CONTRATADA deverá assegurar, como condição para início da execução contratual, a disponibilização do sistema de gerenciamento de abastecimento em funcionamento no Município de Araguaçu/TO, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, com, no mínimo, 01 (um) posto credenciado apto ao atendimento da frota municipal.

11.2. A implantação completa do sistema de gerenciamento, incluindo cadastramento integral da frota, disponibilização dos cartões e consolidação da rede credenciada conforme previsto no Termo de Referência, deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.



11.3. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, mediante utilização do sistema informatizado de gerenciamento, sendo os abastecimentos realizados conforme demanda da Administração, dentro dos limites e parâmetros definidos contratualmente.

11.4. A CONTRATADA será responsável pela manutenção da rede credenciada e pelo regular funcionamento do sistema durante toda a vigência da contratação, não podendo eventual inadimplência junto aos estabelecimentos credenciados comprometer o atendimento à frota municipal.

11.5. Constatadas irregularidades na implantação ou na execução do serviço, a CONTRATADA será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional à Administração.

12 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 O objeto será considerado regularmente executado quando verificado, pela fiscalização designada pela Administração, o pleno funcionamento do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, a regularidade da rede credenciada e a conformidade dos relatórios operacionais apresentados, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

12.2 O recebimento provisório ocorrerá mediante verificação da execução do serviço no período de faturamento correspondente, podendo a fiscalização apontar eventuais irregularidades para correção pela contratada.

12.3 O recebimento definitivo dar-se-á após a constatação do cumprimento integral das obrigações contratuais no período avaliado, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela qualidade e regularidade da execução durante toda a vigência contratual.

12.4 Constatadas falhas, inconsistências ou irregularidades na execução do serviço, a contratada será notificada para promover as correções necessárias no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional à Administração.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Observar as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao contrato, inclusive a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

13.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do contrato, promovendo os pagamentos nos prazos convencionados.

13.3. Processar e liquidar a Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços efetivamente executados, mediante ordem bancária, observadas as exigências legais quanto à regularidade fiscal da contratada.

13.4. Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do serviço de gerenciamento do abastecimento, verificando o funcionamento do sistema, a regularidade da rede credenciada e a conformidade dos relatórios apresentados.

13.5. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

13.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

13.7. Receber o serviço prestado nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, mediante verificação da regular execução contratual.

13.8. Notificar o contratado, por escrito, acerca de eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos verificados na execução do serviço, fixando prazo para sua correção.

13.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.

13.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da



execução do objeto, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, quando houver controvérsia quanto à execução contratual.

13.11. Efetuar o pagamento ao contratado no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e no Termo de Referência.

13.12. Aplicar ao contratado as sanções previstas na legislação e neste contrato.

13.13. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo estabelecido, admitida prorrogação motivada.

13.14. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nos prazos legais.

13.15. Não responder por compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, inclusive estabelecimentos credenciados, permanecendo a operadora integralmente responsável por suas obrigações perante a rede.

13.16. Fornecer as informações necessárias para a adequada implantação e operacionalização do sistema, incluindo dados da frota e parâmetros de utilização.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis à execução do contrato.

14.2. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da adequada execução do objeto.

14.3. Disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento em ambiente web, assegurando seu pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.

14.4. Assegurar, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a disponibilização mínima do sistema em funcionamento no Município de Araguaçu/TO, com ao menos 01 (um) posto credenciado apto ao atendimento da frota municipal.

14.5. Concluir a implantação completa do sistema no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, conforme estabelecido no Termo de Referência.

14.6. Manter rede credenciada compatível com a demanda da frota municipal, responsabilizando-se integralmente pelos repasses financeiros aos estabelecimentos credenciados.

14.7. Garantir a segurança da informação, assegurando controle de acesso, registro de logs, rastreabilidade das operações e integridade dos dados.

14.8. Disponibilizar relatórios gerenciais, operacionais e financeiros em formato eletrônico estruturado, sempre que solicitado.

14.9. Corrigir falhas, inconsistências ou irregularidades identificadas na execução contratual, no prazo fixado pela fiscalização.

14.10. Manter representante formalmente designado para interlocução com a Administração durante toda a vigência contratual.

14.11. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a regular execução do contrato.

14.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

14.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo mediante autorização expressa da Administração.

14.15. Não é admitida a subcontratação do objeto, salvo quanto à rede credenciada, que integra o modelo operacional da contratação.

14.16. Disponibilizar, ao término do contrato, todos os dados operacionais e históricos da execução,



em formato eletrônico compatível, sem ônus adicional à Administração.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1 As condições gerais de execução do objeto, incluindo prazos de implantação, forma de execução, critérios de recebimento, obrigações das partes, penalidades e demais disposições aplicáveis à contratação, encontram-se definidas no Edital e no Termo de Referência, que integram a presente Ata de Registro de Preços para todos os fins de direito.

15.2 A presente Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial do Município e disponibilizada no Portal da Transparência do Município de Araguaçu – TO eletrônico <https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacoes> em observância aos princípios da publicidade e da transparência previstos na legislação vigente.

16. DO FORO

16.1 As partes elegem, de comum acordo, o foro da Comarca de Araguaçu – TO para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou demandas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços é lavrada em 02(duas) vias de igual teor e forma, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelas partes, sendo disponibilizada aos órgãos participantes e publicada na forma da legislação vigente.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO XIV

PREGÃO ELETRÔNICO ARP Nº XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO**, inscrito no CNPJ nº 02.391.407/0001-12, com sede da no prédio da prefeitura localizado na Praça Raul de Jesus Lima, nº 08, Centro de Araguaçu-TO, CEP: 77.475-000, representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. JARBAS RIBEIRO IVO**, brasileiro, casado, empresário, RG: 2053661 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob nº 593.451.446-68, residente e domiciliado, na Avenida Araguaia, Centro, Araguaçu-TO, CEP:77.475-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa ____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida (endereço completo) neste atodenominada CONTRATADA, representada por seu (cargo), Senhor (nome completo), Cédula de Identidade nº SSP/___ e CPF nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração/Contrato social/estatuto social, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS

1.1. A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE SISTEMA DE CARTÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB PRÓPRIO DA EMPRESA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS ADJUNTAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de referência, Anexo I do Pregão Eletrônico Nº 002/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01	125	BD	ADITIVO ARLA 20 LITROS
02	40.000	LT	GASOLINA COMUM
03	35	UN	GRAXA 20 KG
04	400	LT	OLEO (ATF) DIREÇÃO
05	200	UN	OLEO 2T 500 ML
06	100	BD	OLEO DE CAMBIO 80
07	100	BD	OLEO DE CAMBIO 90
08	180	BD	OLEO DE FREIO 500 ML
09	130	LT	OLEO DE MOTOR 20W50 (GASOLINA)
10	10	BD	OLEO DE TRANSMISSÃO 433
11	80.000	LT	OLEO DIESEL COMUM (S 500)
12	130.000	LT	OLEO DIESEL S10
13	117	BD	OLEO DIFERENCIAL 140
14	120	BD	OLEO HIDRAULICO 68



15	200	LT	OLEO LUBRIFICANTE 15W 40
16	12	BD	OLEO LUBRIFICANTE 20W50 (DIESEL)
17	100	LT	OLEO LUBRIFICANTE 5W20 SINTETICO
18	270	LT	OLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTETICO 10W40
19	100	BD	OLEO DE MOTOR SAE 40
20	90	LT	OLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTETICO 5W30
21	80	LT	OLEO MOTOR - SAE 10W30 API CJ
22	300	UN	OLEO MINERAL LUBRIFICANTE SAE 20 W 50 API
23	2.000	UN	ALCOOL ETILICO (AEHC)

2.3 RELAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINAS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS VEICULOS	PLACA
1	PATROL 120K 2012-CATERPILLAR	NÃO TEM
2	PATROL 140ZB - 1981 HUBER WACO	NÃO TEM
3	PATROL XCMG /MODELO 1803BR/ ANO 2022.	NÃO TEM
4	PATROL XCMG 1803BR/ ANO 2021	NÃO TEM
5	PA CARREGADEIRA 2011 - A924 HZ - CATERPILLAR	NÃO TEM
6	PÁ CARREGADEIRA LW300KV – XCMG ANO/2020	NÃO TEM
7	PÁ CARREGADEIRA XCMG LW300KV/ ANO 2021	NÃO TEM
8	PÁ CARREGADEIRA XCMG - LW300 KU / 2022	NÃO TEM
9	PÁ CARREGADEIRA XCMG/ ANO 2021	NÃO TEM
10	RETRO ESCAVADEIRA 2013 - 58N - CASE	NÃO TEM
11	RETROESCAVADEIRA - XCMG - XX870 ANO:2020	NÃO TEM
12	TRATOR MASSEY FERGUSON 4275 4X4 ANO/MOD:2015/2015	NÃO TEM
13	TRATOR MASSEY FERGUSON 4292 4X4 ANO DE FAB/MOD:2015/2015	NÃO TEM
14	TRATOR MASSEY FERGUSON 283 DISKEL - ANO FAB/MOD:2009/2009	NÃO TEM
15	TRATOR AGRALE BX 6110 4X4 ANO FAB/MOD:2012/2012	NÃO TEM
16	TRATOR NEW HOLAND TT 4030 4X4 ANO FAB/MOD:2013/2013	NÃO TEM
17	TRATOR AGRICOLA NEW HOLAND TT 4.75 4X4 ANO:2021	NÃO TEM
18	TRATOR JOHN DEERE 5080E ANO:2021	NÃO TEM
19	TRATOR MAHINDRA - 9500S - ANO 2021	NÃO TEM
20	GRADE CONTROLE 2011-TATU 16X28 - MARCHESAN	NÃO TEM
21	GRADE CONTROLE 2013 - KOLER 14X28	NÃO TEM
22	GRADE CONTROLE 2009 - BALDAN 16X28	NÃO TEM
23	GRADE CONTROLE ARADORA - TATU 14X28	NÃO TEM
24	GRADE CONTROLE ARADORA-PACCEN 16X26	NÃO TEM
25	TANQUE DE AGUA PIPA - 5000 LITROS	NÃO TEM
26	ROÇADEIRA HIDRAULICA TOMADA DE FORÇA	NÃO TEM
27	ROÇADEIRA AVARÉ SP2 TRAÇÃO NAS RODAS	NÃO TEM
28	CARRETA FACCHINI 2015 - 4000K 2 EIXO	NÃO TEM
29	CARRETA AGRICOLA - PENCHE 2 TONELADAS 2 EIXO	NÃO TEM
30	CARRETA AGRICOLA - PENCHE 2 TONELADAS 2 EIXO -ACTON	NÃO TEM
31	PLANTADEIRA DE MILHO - 3 LINHAS T2SI-MARCHESAN	NÃO TEM
32	PLANTADEIRA DE MILHO - 4 LINHAS 13/9929 KOHLER	NÃO TEM
33	PLANTADEIRA DE MANDIOCA - PTM MARCHESAN	NÃO TEM
34	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO - 3.5 TONELADAS EPACOL 1 EIXO	NÃO TEM



35	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 2729 ANO FAB/MOD:2014 - VOLKS	OYC-2891
36	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLKS 13180 ANO FAB/MOD:2010 PLACA MWW-4036	MWW-4036
37	CAMINHÃO CAÇAMBA VOLKS 13180 ANO FAB/MOD:2009/2009	MWS- 0696
38	CAMINHÃO 3/4 FAB/MOD:2014 PLACA VOLKS	QKD-7231
39	CAMINHÃO COLETA LIXO M1390- FAB/MOD:2013	OLK-7911
40	CAMINHÃO PIPA FAB/MOD:2002	MWK-4250
41	CAMINHÃO PIPA - IVECO, ANO 2022	SGQ1G43
42	CAMINHÃO CAÇAMBA MODELO UW 13190, ANO 215, VOLKSWAGEM	QKD-7221
43	CAMINHÃO CAÇAMBA - IVECO, MODELO TECTOR 170E21, ANO 2022	SGN 5D78
44	CAMINHÃO COLETOR LIXO- IVECO, MODELO TECTOR 11-190, ANO 2021	RTK7C33
45	CAMINHÃO CAÇAMBA- IVECO, MODELO TECTOR 240E28, ANO 2021/ PLACA REM 9D22	REN- 9D22
46	ONIBUS - VOLARE, MODELO WL ON, ANO 2020/PLACA QKD-9E09	QKD -9E09
47	PIKAPE STRADA FIAT FLEX FAB/MOD:2015	QKB - 1612
48	SPACE FOX - VOLKS - ANO/FAB:2011	MWR-2151
49	GOL - VOLKSWAGEM ANO/FAB\;2020	QWC8F10
50	CAMINHONETE HILUX CD DSL 4X4 SRV AT/ANO 2021/MODELO 2022	RCC0J39
51	CAMINHONETE L200 GL MITSUBISHI/ANO 2009	MWX-6831
52	AIR CROSS START CITROEN ANO/FAB:2018	QKM - 5663
53	CAMINHONETE L200 ANO 2022	QWF A499

ITEM	Descrição/Especificação	Taxa percentual
01	Contratação de empresa operadora de sistema de cartões para prestação de serviço de administração, combustíveis e lubrificantes, através da utilização de sistema via WEB próprio da empresa, para atender o Município de Araguaçu Tom com prestação de serviço para um período de 12 (doze) meses.	%

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO

3.1. A CONTRATADA deverá assegurar, como condição para início da execução contratual, a disponibilização do sistema de gerenciamento de abastecimento em funcionamento no Município de Araguaçu/TO, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, com, no mínimo, 01 (um) posto credenciado apto ao atendimento da frota municipal.

3.2. A implantação completa do sistema, incluindo cadastramento integral da frota, parametrização de limites, disponibilização dos cartões e consolidação da rede credenciada conforme previsto no Termo de Referência, deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.

3.3. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, mediante utilização do sistema informatizado, sendo os abastecimentos realizados conforme a demanda da Administração, dentro dos limites estabelecidos contratualmente.

3.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pela manutenção da rede credenciada e pelo regular funcionamento do sistema durante toda a vigência contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA, PRAZOS OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO



4.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe verificar o funcionamento do sistema, a regularidade da rede credenciada e a conformidade dos relatórios apresentados.

4.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante verificação da regular execução do serviço no período correspondente, podendo a fiscalização apontar eventuais irregularidades para correção pela contratada.

4.3. O recebimento definitivo dar-se-á após a constatação do cumprimento integral das obrigações contratuais no período avaliado, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela qualidade e regularidade da execução durante toda a vigência contratual.

4.4. Constatadas falhas ou inconsistências na execução do serviço, a CONTRATADA será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional à Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da funcional programática:

ORGÃO: 10.03.00 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 10.03.01 – GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 4

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

UNIDADE: 10.25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 20.605.0052.2.089 – Manutenção da Secretária Municipal Da Agricultura E Pecuária

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 12

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.31.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

UNIDADE: 10.31.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.045 – Manutenção da Secretária Municipal da Cidade

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 134

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.36.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

UNIDADE: 10.36.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E JUVENTUDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Da Esportes, Turismo E Juventude

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 223

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.38.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE: 10.38.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.451.0052.2.58 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Infraestrutura

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 236

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04.122.0052.2.010 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Administração

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 71

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

ORGÃO: 10.28.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 10.28.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27.813.0052.2.055– Manutenção Do Conselho Tutelar

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

FICHA: 90

FONTE: 1.500.0000.000000 Resultante de Impostos

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao contrato.

6.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução contratual, promovendo os pagamentos nos prazos estabelecidos.

6.3 Processar e liquidar as Notas Fiscais/Faturas apresentadas, após a verificação da regular execução do objeto e da documentação exigida.

6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto ao funcionamento do sistema informatizado, à regularidade da rede credenciada e à conformidade dos relatórios apresentados.

6.5 Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais, fixando prazo razoável para saneamento.

6.6 Receber o serviço prestado nos termos estabelecidos no Termo de Referência.

6.7 Aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.8 Fornecer à contratada as informações necessárias para a adequada implantação e operacionalização do sistema, incluindo dados da frota e parâmetros de utilização.

6.9 Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos da legislação vigente.

6.10 Não responder por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, inclusive estabelecimentos credenciados, permanecendo a operadora integralmente responsável por suas obrigações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, do Termo de Referência e deste contrato.



- 7.2** Disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento em ambiente web, assegurando seu pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.
- 7.3** Implantar o sistema nos prazos estabelecidos no Termo de Referência, assegurando a disponibilização mínima inicial e a implantação completa dentro dos prazos contratados.
- 7.4** Manter rede credenciada compatível com a demanda da frota municipal, responsabilizando-se integralmente pelos repasses financeiros aos estabelecimentos credenciados.
- 7.5** Garantir a segurança da informação, adotando mecanismos de controle de acesso, registro de logs e rastreabilidade das operações.
- 7.6** Disponibilizar relatórios gerenciais, operacionais e financeiros em formato eletrônico estruturado.
- 7.7** Corrigir falhas, inconsistências ou irregularidades identificadas pela fiscalização no prazo fixado.
- 7.8** Manter representante formalmente designado para interlocução com a Administração.
- 7.9** Comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer a regular execução contratual.
- 7.10** Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 7.11** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual.
- 7.12** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo autorização expressa da Administração.
- 7.13** Não é admitida a subcontratação do objeto, ressalvada a rede credenciada, que integra o modelo operacional da contratação.
- 7.14** Disponibilizar, ao término do contrato, todos os dados históricos da execução em formato eletrônico compatível, sem ônus adicional à Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições de habilitação da contratada.
- 8.2** A prorrogação dependerá de justificativa formal da autoridade competente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 9.1.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 9.1.2** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 9.1.3** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 9.1.4** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 9.1.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);



9.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.2 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.2.3 O servidor Sr. **DENILSON PEREIRA DA SILVA** – (ADM), será a **Fiscal do contrato**, Decreto nº 020/2025, responsável pelo recebimento definitivo do objeto.

9.3 GESTOR DO CONTRATO

9.3 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.3.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.3.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.3.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PREÇOS E REAJUSTES

10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1(um) ano, aplicando o índice equivalente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



10.5 A Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.9 O reajuste será realizado por aditivo ou apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente ao período de faturamento, acompanhada dos relatórios detalhados extraídos do sistema informatizado, contendo o demonstrativo dos abastecimentos efetivamente realizados, discriminando o valor total consumido e a aplicação da taxa administrativa contratada.

11.2 O pagamento será calculado com base no valor efetivamente consumido em combustíveis e lubrificantes no período, acrescido ou descontado da taxa administrativa contratada, conforme o percentual adjudicado no certame.

11.3 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo gestor do contrato, após a verificação da regular execução do objeto e da regularidade fiscal da CONTRATADA.

11.4 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na Nota de Empenho, devendo estar vinculado à conta bancária informada para pagamento.

11.5 O CONTRATANTE poderá suspender o pagamento caso verifique inconsistências na documentação apresentada, divergências nos relatórios de consumo ou descumprimento das obrigações contratuais, até que sejam devidamente sanadas.

11.6 Eventuais retenções tributárias serão realizadas na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.1 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4 Esta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



12.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **Município de Araguaçu-TO** ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

d) **Multa:**

I. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

II. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **13.1** de 8% a 10% do valor do Contrato ou documento equivalente;

III. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **13.1**, de 10% a 15% do valor do Contrato.

13.3 Para infração descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem **13.1**, a multa será de 5% a 8% do valor do Contrato.

13.4 A aplicação das sanções previstas no contrato ou outro instrumento equivalente não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

13.5 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021)



13.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14 Os débitos do contratado para com o **Município de Araguaçu-TO** contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13.15 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



13.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES, AUMENTO E SUPRESSÕES

14.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

14.7 A execução dos serviços extracontratuais só deverá ser iniciada pela **CONTRATADA** quando da expedição da respectiva autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS TRIBUTOS

15.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

16.1 O presente Contrato fundamenta-se:

16.1.1 Nas Leis Federais nº 14.133/2021, e posteriores alterações;

16.1.2 Nos preceitos de direito público;

16.1.3 Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 O presente instrumento na íntegra será publicado, **no prazo de 20 (vinte) dias úteis**, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO enquanto perdurar o prazo de que trata o inciso III art. 176 da lei nº 14.133/2021, na forma do que dispõe o inciso I do art. 94 da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro **Araguaçu - TO**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ASSINATURAS

20.1. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.



Araguaçu-TO, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

